ESTADO, CAPITAL E POLÍTICA SOCIAL: AS ESTRATÉGIAS NO CONTEXTO DE CRISE

Ana Cristina Brito Arcoverde[1]

Josinete de Carvalho Bezerra[2]

RESUMO

O presente artigo trata-se de uma reflexão teórica e crítica que visa analisar as configurações do Estado, do capital e das políticas sociais no contexto de agravamento da crise, objetivando identificar as principais características e impactos decorrentes das estratégias capitalistas para as políticas sociais. Para tanto, ressalta-se a funcionalidade do aparelho estatal na contemporaneidade para atender demandas capitalistas, e, ainda, as particularidades referentes à formação e desenvolvimento do Brasil, enquanto país periférico e, portanto, dependente. O debate possibilitou desvelar as principais estratégias adotadas para enfrentamento e ou superação da crise contemporânea, os quais demonstram uma destrutividade do ser humano e seus direitos.

Palavras Chave: Estado; Capital; Política Social; Estratégias; Crise.

ABSTRACT

This article is a theoretical reflection that aims to analyze the configurations of the state, capital and social policies in the context of crisis, aiming to identify the main characteristics and impacts of capitalist strategies for social policies. To this end, we highlight the functionality of the state apparatus in contemporary times to meet capitalist demands and also the particularities regarding the formation and development of Brazil, as a peripheral country and, therefore, dependent. The debate revealed the main strategies adopted to confront and or overcome the contemporary crisis, which demonstrate a destructiveness of the human being and his rights.

Keywords: State; Capital; Social policy; Strategies; Crisis.

[1] Professora Titular no Departamento de Serviço Social - UFPE, Doutorado em Sociologie pela Université de Paris III - La Sorbonne-Nouvelle e investigadora estrangeira na Universidade de Coimbra, Portugal com bolsa de Pós-Doutoramento/Estágio Sênior Capes; E-mail:ana.arcoverde@gmail.com;

[2] Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social – UFPE. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Participa do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ações em Rede Coordenadas no Universo Social – ARCUS – UFPE. E-mail: josinetecarvalhobezerra@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de uma reflexão teórica crítica que visa analisar as configurações do Estado, do capital e das políticas sociais no contexto de agravamento da crise capitalista, objetivando identificar as características e impactos das estratégias capitalistas para as políticas sociais. Para tanto, ressalta-se a funcionalidade do aparelho estatal na contemporaneidade para atender demandas capitalistas e ainda, as particularidades referentes à formação e desenvolvimento do Brasil, enquanto país periférico e, portanto, dependente. O debate analisa as principais estratégias adotadas para enfrentamento e ou superação da crise contemporânea, os quais demonstram uma destrutividade do ser humano e seus direitos.

Para a operacionalização da proposta, optou-se pela pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, por meio de pesquisa bibliográfica, contribuindo assim, para o levantamento das principais fontes específicas sobre o conteúdo abordado. Neste sentido, o trabalho está organizado em três momentos principais, inicialmente discutem-se as *especificidades* do contexto brasileiro e sua relação com as políticas sociais, os quais demonstram elementos específicos a cada contexto histórico, social, econômico e político, sendo estes intrinsicamente relacionados ao aprofundamento da desigualdade social.

Posteriormente, abordam-se particularidades referentes ao desenvolvimento do capitalismo, com enfoque nos processos de crise inerente a tal sistema, e consequentemente, os impactos decorrentes para as configurações das políticas sociais, as quais resultam em novas estratégias do capital para enfrentamento e ou superação dos contextos de crise, mas, que demonstram também um constante desmonte dos direitos sociais.

Por fim, ressaltam-se as principais características adotadas pelo aparelho estatal na contemporaneidade, as quais desvelam que este tende a ampliar suas funções para atender o sistema capitalista, desvinculando-se cada vez mais das responsabilidades com a sociedade, visto que, contribui para a derrocada dos direitos

sociais e implementação de novas configurações para as políticas sociais, como parte das respectivas estratégias.

Portanto, a dinâmica capitalista desenvolve estratégias para favorecer o processo de acumulação, ao tempo em que impacta a classe trabalhadora no âmbito da sua produção e reprodução. Assim sendo, há uma clara intensificação de contradições entre as classes, que resultam em regressão de direitos e, logo, exigem o redirecionamento das políticas sociais com intuito de atender cada vez mais, os interesses do capital.

2 ESPECIFICIDADES DO CONTEXTO BRASILEIRO E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS SOCIAIS

Os países latino-americanos possuem características particulares e estruturais advindas desde a sua formação social e, portanto, de processos de colonização e exploração que demonstram elementos específicos a cada contexto histórico, social, econômico e político. Entretanto, em sua maioria são países que seguem fundamentos capitalistas, pois, os Estado latino-americanos conformaram-se como capitalistas desde a sua gênese (BICHIR, 2017). Assim sendo, constituem-se como dependentes, expressam forte desigualdade social e ainda possuem força de trabalho abundante e barata, susceptível, portanto, a uma maior exploração.

O caso brasileiro demonstra a necessidade primordial do país cumprir o papel de agroexportador para atender interesses capitalistas. Com a presença de uma classe trabalhadora na condição de superexploração, respondendo assim, à economia internacional e nacional. Para Florestan (1968), a realidade brasileira se constituía em uma totalidade dialeticamente contraditória.

Neste sentido, enquanto integrante da América Latina, sendo está uma das principais produtoras para as economias centrais, o Brasil é caracterizado como um país periférico, e, portanto, constituído por uma formação e evolução específicas que demonstram particularidades de exploração e dependência inerentes ao desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Portanto, as relações hierárquicas

estabelecidas entre os países centrais e periféricos resultam num importante regime de subordinação. De acordo com Marini (2011, p. 135):

> [...] A dependência, deve ser entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.

Neste sentido, as particularidades do capitalismo dependente no contexto brasileiro desenvolvem funções específicas para um país marcado por processos excludentes, exploradores e mistificadores. Onde há problemas com a expansão da dívida pública, concentração de renda nas mãos de poucos de um lado e aumento de pobreza da maioria de outro, ou seja, expansão da desigualdade, além da superexploração do trabalho, considerada por Marini (2011) como fundamento da dependência latino-americana. Destarte, há necessidade de enfrentamento das relações de produção que dão margem à dependência.

O processo de constituição dos países periféricos caracteriza-se com um padrão de dependência que é constantemente renovado para atendimento das demandas capitalistas, o que só poderá gerar um aumento da dependência a cada período histórico. Na sua obra o Ornitorrinco, Oliveira (2003), enfatiza que o ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão.

Diante dessa análise, é imprescindível enfatizar a relevância de abordar as particularidades da formação social, econômica, política e histórica brasileira, tendo em vista que, a gênese e desenvolvimento da questão social, e, respectivamente das políticas sociais, e de suas contradições e tendências, estão articulados à expansão do modo de produção capitalista, e, portanto, às especificidades inerentes ao processo de formação social do país.

A análise da formação política, econômica e social brasileira é essencial para estabelecer traços de uma sociedade notadamente desigual desde princípios particulares. Pois, na cena contemporânea verifica-se aumento dessa desigualdade social e aprofundamento de traços da dependência econômica, e ambos identificam-

se como elementos indispensáveis para o surgimento e desenvolvimento de políticas sociais como respostas às expressões da questão social.

Neste sentido, o debate sobre o processo de colonização, dependência e exploração, enfatizando suas especificidades, constitui-se como primordial para o estabelecimento de abordagens sobre as expressões da questão social e as alterações na política social, levando em consideração a fundamental dimensão da produção. Segundo Santos (2012), nossa colonização foi diferente, pois, os interesses giravam em torno de atividades que mais ofertassem a possibilidade de gerar lucro.

Em tal contexto, o estabelecimento de respostas para as expressões da questão social, caracteriza-se como primordial para manutenção da hegemonia da classe dominante. Enfatiza-se também, que a luta de classes tem um papel relevante neste âmbito, pois, exigem medidas de proteção aos subalternos. As dinâmicas das políticas sociais são resultados extremamente complexos de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessadas por contradições, confrontos e conflitos (NETTO, 2009).

Tais particularidades constituem um país cada vez mais desigual, e que continua desenvolvendo estratégias, objetivando assim, sobressair em momentos de colapso como no cenário atual. Para tanto, o Brasil está vivenciando um novo padrão de reprodução do capital e de dominação associado aos grandes bancos, ou seja, há uma nova etapa do capitalismo dependente identificado como capital financeiro, portanto, “[...] uma das características básicas na fase atual do capitalismo, ao lado de outras importantes, é a financeirização, isto é, certa predominância das finanças em comparação com atividades realmente substantivas do capital” (CARCANHOLO, 2009, p. 1).

3 CARACTERIZANDO O ESTADO NA CONTEMPORANEIDADE: AS NOVAS CONFIGURAÇÕES PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS

A burguesia estabelece estratégias para apropriar-se cada vez mais da riqueza socialmente produzida, conter a luta de classe e intensificar processos de exploração da força de trabalho, gerando assim, intensos e preocupantes retrocessos. Ressalta-

se então, que o aparelho estatal torna-se funcionalmente imprescindível como instrumento de mediação, atendendo ditames da produção e da reprodução.

O Estado é uma instituição com função sócio-histórica de gestão e distribuição direta ou indireta de benefícios e serviços, assim sendo, sua atuação enquanto detentor de poder, pode contribuir para a classe trabalhadora e/ou burguesa, ora atendendo necessidades sociais e respectivamente mantendo o acúmulo capitalista. Segundo Boschetti (2016) a cidadania possível e concretizada no âmbito do Estado social capitalista, de um lado pode “perturbar” a lei geral da acumulação capitalista, ao tensionar o capital, por outro, contraditoriamente, participa da reprodução ampliada desse mesmo capital, sendo este cada vez mais subordinado em tempos de agudização das crises do capital.

Contemporaneamente, portanto, verifica-se que o aparelho estatal exerce um papel importante com a intensificação de ações que demonstram a sua atuação em benefício da classe dominante, para tanto, executa ataques diretos ao mundo do trabalho e aos direitos sociais. Verifica-se que sua funcionalidade é imprescindível, e o Estado torna-se máximo para atender ditames do capital.

O papel do aparelho estatal constitui-se então como um fator imprescindível para manter a dominação sobre as classes subalternas, pois, o mesmo, antes apenas com ação reguladora, passa também a desregular ações que beneficiam o capital e impactam as relações sociais, alteram a organização do mundo do trabalho e garantem condições mínimas para a reprodução da força de trabalho, caracterizando-se também como um produtor de riqueza para a esfera da produção.

Com o desenvolvimento e expansão do capitalismo, das lutas de classes, do processo de urbanização e a intensificação dos antagonismos, altera-se a necessidade e perfil da ação do poder político do Estado para organizar a produção e regular a vida em sociedade. Neste contexto, o desenvolvimento e transformação do aparelho estatal têm o intuito de suprir as novas configurações do meio social, porém, atendendo ditames do capital, ao tempo que desfavorece os trabalhadores.

Ao analisar o Estado na fase do capitalismo tardio, Mandel (1982, p.333), classificou suas principais funções, e diante das configurações postas na conjuntura

contemporânea, constata-se o quanto estas são atuais no conjunto das transformações implantadas. Explana o autor:

> 1-Criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante.
> 2-Reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário.
> 3-Integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é "dos males o menor", ou a "vontade suprema", ou porque nem percebem a exploração).

De fato, o aparelho estatal vem exercendo estas funções de forma excepcional, aproximando-se também de três pressupostos estabelecidos por Iasi (2017), para demonstrar o Estado como instrumento indispensável para o capital, os quais: analisa o Estado como um elemento essencial ao sociometabolismo do capital, enfatiza também, a sua função de exercer coerção e consenso como unidade dialética, e expõe o fato de que a dinâmica das lutas de classes incide na sua forma, mas, não em seu caráter.

Assim sendo, acompanha-se o alargamento das funções estatais para estabelecer respostas na conjuntura de crise, pois, "frente à nova composição orgânica do capital ditada pelas transformações das forças produtivas monopolistas, a intervenção estatal modifica e amplia suas responsabilidades e funções" (PAIVA, 2017, p.4).

Para organizar-se socialmente e prover seus meios de vida, o indivíduo necessita vender sua força de trabalho, portanto, os trabalhadores e os sujeitos sociais são afetados por todas as transformações que são administradas pelo Estado e conduzidas pelo modo de produção capitalista, visando aumento do lucro e manutenção do poder, o que ocasiona em sérios impactos nas relações sociais e trabalhistas e no desenvolvimento das políticas sociais.

Neste sentido, o capital apropria-se do papel estratégico do Estado como instância contraditória perante a execução do atendimento ou não das reivindicações sociais e trabalhistas e quando atende o que lhe é exigido, o faz, para de certa forma,

suprir suas próprias necessidades, mantendo uma classe dominada pelos seus interesses e, consequentemente, agravando as contradições que compõe o sistema.

A esfera estatal adota novas configurações para atender os interesses capitalistas, estas, caracterizam-se principalmente através do contexto de contrarreformas e do avanço do neoliberalismo, que trazem alterações nefastas a diversos setores societários. Behring (2008) analisava que desde a década de 1990 há implementação acelerada da estratégia neoliberal no Brasil, por meio de reformas estruturais, tendo o início do que a autora denominou de uma contrarreforma neoliberal no País, a qual permanece nos traços que marcam o Estado na contemporaneidade.

4 CAPITALISMO, CRISE E POLÍTICA SOCIAL: AS NOVAS ESTRATÉGIAS DO CAPITAL

O sistema capitalista consolidou-se no século XVIII por meio do desenvolvimento de expropriações do proletariado, visto que, ocorreu através da transformação de dinheiro, mercadoria, meios de produção e meios de subsistência em capital. Logo, a relação capitalista pressupõe separação entre trabalhadores e propriedade das condições de realização do trabalho (MARX, 2017).

As relações sociais por sua vez, desenvolvem-se permeadas de interesses divergentes, onde o que beneficia uma classe não se configura necessariamente em benefícios para outra, gerando, portanto, a construção de pensamentos e ações discrepantes no desenvolvimento da correlação de forças. Tal realidade torna-se ainda mais perceptível em momentos como no cenário atual que é de aprofundamento da crise estrutural do sistema do capital, conforme aponta Mészáros (2002).

No capitalismo, assim como em qualquer outro modo de produção os processos de crise são inerentes ao sistema, pois, estes são imprescindíveis para seu desenvolvimento, constituindo-se, portanto, como cíclicas, não caracterizando-se, necessariamente, como um problema para o desenvolvimento deste modo de produção. Segundo Netto (2012), não existe capitalismo sem crise.

> A crise é inerente ao próprio funcionamento do sistema. E mais, tais situações são funcionais ao capitalismo, já que preparam o terreno para novas fases de

> desenvolvimento, que terão, por certo, seus problemas e suas contradições como fases do desenvolvimento capitalista (FOLADORI; MELAZZI; KILPP, 2016, p.226).

Ao identificar-se como um sistema constituído por momentos de desequilíbrios, que, todavia, podem não alterar e/ou impactar no processo de aumento de sua riqueza, o capitalismo pode reerguer seu poder em novas fases e tornar-se ainda mais dominante. Portanto, podemos pensar as crises econômicas, não como momentos de colapsos da reprodução ampliada do capital, mas como mecanismo através do qual a lei do valor se impõe (MANDEL, 1990).

O sistema capitalista é marcado por transformações que resultam em inovações na forma de organizar a sociedade, e consequentemente produzem mudanças nas relações sociais estabelecidas entre as classes. Enfatiza-se então, que é insensato acreditar que, como consequência natural da presente crise, o capitalismo venha a se desmoronar e a desaparecer como um castelo de cartas. Com certeza, a humanidade ainda padecerá os males do capitalismo por mais ou menos tempo. Pior do que isso padecerá os males normais do regime capitalista de produção e, além do mais, aqueles derivados de sua senilidade e, em algum momento, os de seu ocaso (CARCANHOLO, 2009).

O processo de produção atual é resultante de diversas modificações, sendo essencial para a classe capitalista obter o seu lucro e manter o ciclo do capital através da intensificação da exploração da força de trabalho. Neste sentido, as transformações desenvolvidas estabelecem formas de reestruturar o processo de produção, ao tempo que desregulam a reprodução social, daí decorrem impactos para o processo de trabalho e para os próprios direitos sociais.

Diante desta conjuntura, o mundo capitalista nestas últimas décadas atravessou um período de profundas mudanças nos seus padrões de produção, acumulação e concorrência, implicando em impactos na categoria trabalho, na funcionalidade estatal, nas políticas e direitos sociais, ou seja, nos principais meios de reprodução social e material, englobando o humano, o econômico e o social, enfim, a forma de produção e reprodução do homem.

Destarte, em contextos de crise, este capital necessita estabelecer estratégias de enfrentamento e ou superação da mesma, visando reestruturar seu poder dominante mantendo a expansão da acumulação, pois, “a acumulação do capital é o processo de desenvolvimento do capitalismo” (FOLADORI; MELAZZI; KILPP, 2016, p.169). Para tanto, intensifica-se o grau de exploração da força de trabalho e a restrição de direitos.

Na conjuntura contemporânea, caracterizada por uma crise estrutural, que pode ser denominada também de crise orgânica, ou seja, constituída de cunho tanto econômico quanto político e de longa duração, acompanha-se um desmonte e, portanto, retrocesso dos direitos sociais. Neste contexto, são implantadas reformas que reduzem ou cortam gastos com a coisa pública, eliminam direitos dos sujeitos e deveres do Estado, com a ideia mistificadora de reerguer o País por meio do discurso da retomada do crescimento econômico. Assim, analisadas por Oliveira (2010, p.35):

> Estamos diante da tentativa de modificar o significado da palavra “reforma”: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc. significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem-sucedida.

Para enfrentar a crise que se agrava pelo País e o mundo verifica-se que a restrição de direitos tem se constituído como uma importante estratégia. É possível averiguar contextos de retrocessos que assolam diversos países, tanto no âmbito econômico, quanto no político ou social. Há o desenvolvimento de um movimento retrógrado evidenciado no avanço de ideais conservadoras, ameaças às lutas de classes, cortes orçamentários e restrição dos direitos e de políticas sociais.

Esta realidade resulta em sucateamento, desmonte e retrocesso. Pois, nesse contexto, as políticas sociais referentes ao tripé da Seguridade Social passaram a ser estrategicamente intensificadas devido o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, e como meio de combate às mudanças objetivas e subjetivas advindas da nova organização do mundo do trabalho e das estratégias de enfrentamento das crises. Sendo estas políticas sociais, portanto, transformadas em mercadorias para valorização do capital.

O capitalismo desenvolve então, estratégias com intuito de enfrentar e ou superar os momentos de crises sem alterar a estrutura da acumulação capitalista, assim, necessita expropriar cada vez mais as garantias estabelecidas e os próprios sujeitos sociais. Logo, desenvolvem-se mudanças e impasses para a implementação das políticas sociais, por meio da intrínseca relação entre política social e economia política.

Há, portanto, um redirecionamento das políticas sociais, suas configurações e funcionalidades, com intuito de atender cada vez mais o capital. As estratégias adotadas pelo sistema posto, desvelam a centralidade que as políticas sociais vêm assumindo na cena contemporânea, mormente, seu desmonte e ressignificação como expropriadora. Sendo assim, estas distanciam-se cada vez mais da proposta de garantia de direitos e proteção social, principalmente, devido às mudanças adotadas na viabilização dos direitos e aos cortes implementados pelo Estado para atendimento das necessidades sociais por meio de políticas sociais fragmentadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Denota-se então, processos da retórica das privatizações, criminalização da pobreza e dos pobres, a barbárie socioambiental e humana, bem como, o avanço dos cortes de orçamento para o campo social, os quais norteiam a cena contemporânea no Brasil, mas também no mundo. Afinal, não se pode esquecer que a sociedade ainda se encontra subordinadamente sob a égide do imperialismo dos países centrais, que dita regras, costumes e práticas para a periferia capitalista.

Os rebatimentos deste processo são nítidos para a classe trabalhadora, seja através do desemprego estrutural, pois a reestruturação nos processos de produção gera um excedente significativo de trabalhadores, seja porque os sistemas de proteção social serão gradativamente desmontados, subfinanciados, focalizados e seletivos, empurrando para a esfera do mercado os serviços sociais, além destes terem parte do seu orçamento desviado para compor a parcela do pagamento dos juros da dívida pública.

Neste contexto, a intensificação da contenção dos direitos e políticas sociais vem adquirindo importante papel. Acompanhando a lógica de privatização com maior gestão da força de trabalho, em tal conjuntura as políticas sociais se tornam mercadorias para beneficiar o setor privado, por meio de regulações e desregulações executadas pelo aparelho estatal, havendo, portanto, ataque às políticas de cariz público.

As medidas adotadas demonstram a verdadeira intenção do capital, qual seja, a de manter o processo de acumulação, mesmo que efetuando a destrutividade do ser humano e seus direitos. Afinal, “há cinquenta maneiras de ser mais generoso com os pobres e gastar menos”, segundo afirmação de Roberto Paes de Barros, um dos colaboradores do programa de governo de Michel Temer. Tal afirmação parece ser norteadora das mudanças implantadas.

As políticas sociais sofrem impactos que intensificam sua morfologia capitalista com maior restrição de sua funcionalidade e reordenamento para atender cada vez mais o capital, à medida que tornam-se cada vez mais necessárias, tanto para o capital, quanto para a população em condição de subalternidade. A perspectiva que vem sendo construída a partir da política neoliberal e do capital financeiro constituem-se em tendências para pensar as políticas e os direitos sociais com um direcionamento cada vez maior para valorização do capital e mercadorização das políticas sociais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas, SP, Cortez, 2015.

BEHRING, E.R. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BICHIR, M. M. **A questão do Estado na teoria marxista da dependência**. Campinas, SP: [s.n], 2017. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

BOSCHETTI, I. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CARCANHOLO, R. A atual crise do capitalismo. **Revista Crítica Marxista**, n.29, p.49-55, 2009.

FERNANDES, F**. A Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FOLADORI, G. MELAZZI, G. KILPP, R. **A economia da sociedade capitalista e suas crises recorrentes.** 1° ed. São Paulo; Outras Expressões, 2016.

IASI, M. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017, 440 páginas.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

_____. **A Crise do Capital; os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ed. Ensaios, 1990.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** Livro I: O processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade.** Cortez: São Paulo, n.111, p.413-429. jul./set.2012.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, F. **Hegemonia às avessas**. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R; RIZECK, C. (Orgs). Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Crítica a razão dualista / o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAIVA, B. A. **Política Social no capitalismo dependente: superexploração da força de trabalho e a ofensiva conservadora**. Disponível em: http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/16590/11441 Acesso em: 26 set. 2017.

SANTOS, J. S. "**Questão social": particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de Serviço Social; v.6).